

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens que se seguem.

- 51** A função pública e a vida particular do servidor público não se devem relacionar, razão por que as condutas cotidianas dele não acrescem nem diminuem o seu bom conceito profissional.
- 52** A Comissão de Ética pode aplicar ao servidor público que cometer infração as penas de censura e de multa, desde que devidamente fundamentadas em parecer próprio.
- 53** A ausência injustificada do servidor público em seu local de trabalho constitui um fator de desmoralização do serviço público que pode conduzir as relações humanas à desordem.

Com fundamento na Lei n.º 9.847/1999 (Lei de Penalidades), julgue os itens a seguir.

- 54** A aplicação de sanções administrativas ao infrator o exime de sofrer sanções de natureza civil e penal.
- 55** As sanções administrativas previstas podem ser aplicadas cumulativamente.
- 56** A sanção administrativa de multa é graduada conforme a vantagem auferida, a gravidade da infração, os antecedentes e a condição econômica do infrator.
- 57** A multa aplicada ao infrator deverá ser paga imediatamente após a decisão administrativa da Comissão de Ética sobre a sua aplicação, sob pena de incidirem juros de mora e multa.
- 58** Em caso de renúncia expressa do infrator ao direito de recorrer de decisão proferida em processo administrativo, a metade do valor da multa a ele imposta deverá ser recolhida no prazo que ele teria para interpor recurso.
- 59** Entre outras hipóteses, quando um produto apreendido for utilizado para destinação não permitida ou se não tiver comprovação de origem por nota fiscal, poderá ser aplicada ao infrator a penalidade de perdimento de produtos apreendidos.
- 60** O fiscal que autuar o infrator e determinar a interdição de bens e produtos em razão do cometimento de infração deve comunicar o fato a seu superior imediato, em parecer circunstanciado, em até dois dias úteis.
- 61** A segunda reincidência de infração legalmente prevista fundamenta a aplicação da pena de suspensão temporária de funcionamento de estabelecimento ou instalação.
- 62** A pena de suspensão temporária de funcionamento de estabelecimento pode ser aplicada por qualquer prazo, desde que a gravidade da infração demonstre a razoabilidade da sanção.
- 63** Quando aplicada a penalidade de revogação de autorização para o exercício de atividade à pessoa jurídica autorizada, os responsáveis pela pessoa jurídica ficarão impedidos, por cinco anos, de exercer atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue os itens subsequentes.

- 64** Em razão da particularidade dos processos administrativos, é vedada aos órgãos e às entidades da administração pública a elaboração de modelos ou formulários padronizados, ainda que para assuntos que envolvam pretensões semelhantes.
- 65** Os prazos expressamente previstos em dias, no âmbito dos processos administrativos, são contados de modo contínuo.
- 66** No âmbito dos processos administrativos concernentes a direitos ou interesses difusos, são legitimadas como interessadas as organizações e as associações representativas.
- 67** Em regra, é irrenunciável a competência no âmbito dos processos administrativos, ressalvadas as hipóteses de delegação e de avocação legalmente admitidas.
- 68** A delegação legalmente autorizada pode ter como objeto a decisão de recursos administrativos, desde que ocorra entre órgãos hierarquicamente não subordinados.
- 69** A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é permitida em caráter excepcional e por motivos relevantes e justificados.
- 70** Caso não haja disposição específica, os atos dos órgãos responsáveis pelo processo administrativo devem ser praticados em cinco dias, mas tal prazo pode ser dilatado até o dobro mediante justificação comprovada.
- 71** Quando importar anulação, suspensão ou convalidação, o ato administrativo deverá ser motivado, com indicação de fatos e fundamentos jurídicos, ressalvada a hipótese de revogação.
- 72** Salvo se comprovada má-fé, a administração pública tem o prazo decadencial de cinco anos para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, o qual é contado da data em que tais atos foram praticados.
- 73** Poderão ser revistos, a qualquer tempo, os processos administrativos de que resultem sanções quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação da sanção anteriormente aplicada, a qual poderá ser agravada.

Em relação às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), à segurança jurídica e à eficiência na aplicação do direito público, julgue os itens a seguir.

- 74** As decisões da ANP que decretarem a invalidação de ato administrativo devem ser motivadas, podendo indicar, de modo tácito, as consequências administrativas e jurídicas.
- 75** Na esfera administrativa, é impossível proferir decisão com base em valores jurídicos abstratos.
- 76** Pelo princípio da individualização da pena, as sanções aplicadas ao agente não serão consideradas na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- 77** A responsabilização pessoal do agente público da ANP por sua opinião técnica é legalmente vedada.
- 78** A ANP, no exercício de sua competência institucional, ao estabelecer nova interpretação de norma de conteúdo indeterminado, deverá prever regime de transição quando isso for indispensável para o cumprimento do novo dever ou condicionamento de direito de maneira proporcional, equânime, eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

A respeito da previsão da LINDB de instrumento de composição entre os interessados no âmbito da administração pública, denominado compromisso, julgue os próximos itens.

- 79** A lei prevê hipóteses de celebração, pela ANP, de compromisso com os interessados, inclusive no caso de expedição de licença, para eliminar situação contenciosa.
- 80** O compromisso deve ser compatível com os interesses privados dos agentes interessados.
- 81** O instituto em questão tem natureza jurídica de *soft law* e, por isso, impede a fixação de sanções em caso de descumprimento de suas obrigações.
- 82** É vedado, no compromisso, conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecido por orientação geral.
- 83** O compromisso pode ser firmado para criar situação normativa nova em situação não contenciosa e sem irregularidade, mesmo que não haja incerteza jurídica.
- 84** O compromisso pode ser firmado para eliminar situação contenciosa na interpretação de direito contratual privado, sem aplicação, portanto, no direito público.

Com referência aos princípios que norteiam o disposto na Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (DDLE), julgue os itens subsecutivos.

- 85** As normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de repressão à poluição sonora e à perturbação do sossego público, são um dos princípios norteadores fundamentais previstos na DDLE.
- 86** A boa-fé do particular perante o poder público é um dos princípios norteadores das disposições da DDLE.
- 87** Entre os princípios norteadores da DDLE se inclui o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.
- 88** A intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de fiscalização e regulação afigura-se como um dos princípios norteadores da DDLE.

Conforme a DDLE, julgue os itens seguintes, quanto aos direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais ao desenvolvimento e ao crescimento econômico do país.

- 89** Toda pessoa pode desenvolver atividade de extração de petróleo do subsolo, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria, sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica.
- 90** É facultado a toda pessoa definir livremente, em mercados não regulados, o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda.
- 91** Tem tratamento isonômico o ato de liberação do exercício da atividade econômica por órgão ou entidade da administração pública, estando vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores.
- 92** Constitui direito de liberdade econômica ter a garantia de que o silêncio da autoridade tributária competente importará aprovação tácita, para todos os efeitos, das solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica.
- 93** Toda pessoa tem o direito de que não lhe seja exigida certidão sem previsão expressa em lei pela administração pública direta ou indireta.
- 94** Toda pessoa tem a garantia de que os negócios jurídicos empresariais paritários sejam objeto de livre estipulação das partes pactuantes, de modo que todas as normas de ordem pública sejam aplicadas, de forma subsidiária, ao que houver sido avençado.

No que tange aos deveres da ANP no exercício de fiscalização e regulação e às previsões da DDLE, julgue os seguintes itens.

- 95** Os agentes públicos da ANP devem proceder à lavratura de autos de infração ou aplicar sanções com base em termos subjetivos ou abstratos somente quando esses forem propriamente regulamentados por meio de critérios claros, objetivos e previsíveis.
- 96** Os agentes públicos da ANP poderão realizar a lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade considerada de baixo ou médio risco em primeira visita ao estabelecimento fiscalizado.

Acerca do petróleo e de seus derivados, julgue os itens a seguir.

- 97** Hidrocarbonetos são compostos inorgânicos formados por hidrogênio.
- 98** Os hidrocarbonetos são classificados, segundo sua estrutura, em saturados, insaturados ou aromáticos.
- 99** As parafinas apresentam, pelo menos, uma dupla ou uma tripla ligação carbono-carbono.
- 100** O sufixo **-ino**, para os hidrocarbonetos insaturados, indica a existência de uma tripla ligação carbono-carbono em sua fórmula geral.
- 101** O gás natural é sempre encontrado associado ao óleo em reservatórios naturais.
- 102** O gás natural é composto por diversos tipos de hidrocarbonetos, desde o metano até o hexano.

Com relação à química analítica, julgue os itens que se seguem.

- 103** Os erros sistemáticos de medições podem ser minimizados com a calibração adequada da aparelhagem a ser utilizada.
- 104** O preparo de amostras líquidas pode envolver a concentração da amostra por aquecimento, sem que ocorra a perda dos constituintes voláteis de interesse.
- 105** As operações de seleção e de remoção de pesos, a liberação lenta do travessão e do suporte do prato e a anotação das leituras das escalas de pesos e da escala óptica são necessárias durante o manuseio de uma balança eletrônica.
- 106** Buretas, pipetas e balões volumétricos são equipamentos utilizados para medidas aproximadas de volumes líquidos.
- 107** A limpeza de sujeiras leves de vidrarias pode ser feita com uma solução detergente fria ou aquecida.
- 108** O termo menisco designa a curvatura superficial convexa de um líquido confinado em um tubo estreito em virtude da tensão superficial.

No que tange à química geral e à inorgânica, julgue os itens seguintes.

- 109** Matéria é tudo o que contém massa e que ocupa lugar no ambiente onde se encontra.
- 110** Nas transformações físicas, ocorre alteração da matéria, originando-se novas substâncias.
- 111** Uma solução, que pode ser formada por um ou mais solutos e um solvente, é mistura homogênea, em que as partículas envolvidas podem ser íons ou moléculas.
- 112** A sublimação ocorre quando a matéria passa do estado sólido diretamente para o estado gasoso, ou vice-versa.
- 113** As reações químicas ocorrem sem a presença de fator externo.
- 114** A reação de substituição ocorre quando duas substâncias compostas trocam seus elementos, formando-se, assim, novas substâncias.

A respeito de conceitos de química orgânica, julgue os próximos itens.

- 115** Alcanos são compostos que contêm apenas carbono e hidrogênio.
- 116** Síntese consiste na construção de moléculas orgânicas complexas a partir de moléculas mais simples, que podem ser facilmente encontradas.
- 117** O estado estequiométrico é atingido, em uma reação química, quando as concentrações de reagentes e produtos não se alteram mais.
- 118** A energia de ativação corresponde à energia que o sistema requer para ir dos reagentes até o estado de transição, sendo diretamente proporcional à velocidade do processo.
- 119** Os ácidos são doadores de nêutrons e as bases são receptoras de prótons, segundo Brønsted e Lowry.
- 120** O aumento da concentração de um dos reagentes, em uma reação química, pode aumentar a velocidade da reação.
-

Espaço livre
